



EDITORIAL

AGORA É GREVE!

O presidente Lula assumiu no dia 1º de janeiro deste ano, como portador das esperanças de milhões de brasileiros que resolveram dar um basta à política econômica neoliberal implementada durante os oito anos de FHC. Enfim, o governo anterior foi responsável pela desnacionalização das empresas estatais, desemprego, achatamento salarial, criminalização de movimentos sociais (petroleiros e sem terras) e total subordinação aos ditames do Banco Mundial e do FMI. Mesmo prometendo respeitar os acordos internacionais, Lula também se comprometeu com o povo brasileiro e com os servidores públicos, vítimas da conversão de FHC à ideologia do mercado.

Eis porque nossa perplexidade frente ao rumo que vem adotando o novo governo: juros altos; tentativa de aprovação, a qualquer custo, de uma contra-reforma da Previdência; nenhuma solução para o desemprego; não realização da reforma agrária; política ambiental contraditória; manutenção da política educacional de Paulo Renato para o ensino superior; etc.. O povo elegeu um governo acreditando que é necessário um outro mundo, mas assiste à continuidade do mesmo mundo. É preciso, portanto, que os movimentos sociais se organizem, para fazer com que o governo faça jus às esperanças nele depositadas.

É nessa conjuntura que a APUB-SSind, seguindo orientação do sindicato nacional (ANDES-SN) e da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Públicos Federais (CNESEF), aprovou a deflagração da greve contra a Reforma da Previdência imposta pelo governo ao conjunto dos servidores. Somos contrários à retirada de direitos e à privatização que essa reforma propõe, através da criação de fundos de pensão para gerir parte das contribuições dos servidores públicos.

A Previdência que queremos é pública, solidária e por repartição. Uma outra reforma, que, de fato, respondesse às necessidades dos trabalhadores teria que combater a sonegação e a renúncia fiscal, revogar a Emenda Constitucional nº 20 de FHC e estender a aposentadoria integral aos trabalhadores da iniciativa privada.

Em conjunto com os demais servidores públicos afirmamos: **Agora é greve**, em defesa de uma reforma da Previdência que amplie direitos. **Agora é greve** contra a reforma que objetiva fortalecer o capital financeiro internacional. **Agora é greve** para resgatar a esperança sacrificada pela continuidade do pragmatismo neoliberal.

Terceiro mandato

Assembléia aprova greve a partir de 8 de julho

Decisão acompanha indicativo do sindicato nacional

Foto: Arquivo Apu



Plenária dos SPFs definiu data visando a unificação do movimento.

Fato inimaginável durante a campanha eleitoral de 2002, os servidores federais indicaram greve por tempo indeterminado a partir de 08/07. Sem diálogo com o governo que elegeu, a categoria se utiliza do eficaz instrumento de luta para barrar o mais escandaloso ataque a seus direitos. Um golpe inesperado, à traição, dos governantes que, no governo passado, consideravam indignas e monstruosas as propostas que hoje defendem e tentam impor com rolo compressor aos servidores públicos. "A

taxação dos inativos é inegociável", diz o governo. E recebe resposta idêntica dos trabalhadores. A Assembléia Geral da APUB aprovou a greve em 17/06.

NESTA EDIÇÃO

Entrevista
Filgueiras revela porque o governo tem pressa em aprovar as reformas

Previdência
Veja como a PEC 40/03 lhe prejudica

Luiz Filgueiras

Porque o governo tem pressa em aprovar as reformas



Desde que o governo federal revelou sua intenção de resgatar o projeto de reforma da Previdência do governo anterior, o professor Luiz Filgueiras, diretor da Faculdade de Economia, tem dedicado boa parte do seu tempo a participar de debates sobre o tema, na Universidade e fora dela. Ele tem alertado sobre os reais motivos da "pressa" do governo em aprovar as mudanças e acredita que nem FHC ousou tanto, em se tratando de atacar direitos dos trabalhadores e submeter o país aos ditames do FMI.

Informe APUB - A que o Sr. atribui a pressa do governo em aprovar a "reforma da Previdência"?

Filgueiras - Desde a apresentação da proposta de Reforma da Previdência do Governo Lula, no dia 30 de abril, está ficando cada vez mais evidente que é impossível decifrá-la no seu conjunto, se não compreendermos o núcleo da política econômica que vem sendo implementada; que, longe de ser um recurso meramente tático — de preservação momentânea do modelo e das políticas que vinham sendo implementados para, posteriormente, transitar para um novo projeto —, configura-se, cada vez mais, numa estratégia deliberada de aprofundamento das concepções e políticas liberais.

A pressa em aprovar a Reforma da Previdência se deve, sobretudo, a duas razões. Em primeiro lugar, ela, juntamente com as demais reformas, sempre fez parte do núcleo duro das políticas liberais no mundo inteiro. Basta olharmos para ver o que está acontecendo, agora, na França e na Áustria. O objetivo lá é o de reduzir o Estado de Bem-Estar Social, conquistado a duras penas pelos trabalhadores no pós-guerra. Aqui, o objetivo é o de abortir o arremedo de Bem-Estar Social construído a partir dos anos 30. Como o Governo incorporou, sem cerimônias, as políticas econômicas liberais, tendo por estratégia mais geral conquistar a confiança dos "mercados" (o capital financeiro), a reforma da Previdência passou a se constituir numa peça chave desse processo, tendo em vista a sua importância para as forças conservadoras, inclusive do ponto de vista simbólico.

Em suma, sob esse ponto de vista, espera-se que Lula dê prova cabal de que, de fato, mudou ("amadureceu"), superando suas antigas idéias "radicais". É como se ele, mais ainda do que FHC, tivesse necessidade de se mostrar amigo dos "mercados". Daí também, por exemplo, o superávit fiscal primário de 4,25% do PIB (maior do que os de FHC) e a autonomia do Banco Central (que FHC tentou, mas não conseguiu). O mesmo vale para a própria reforma da Previdência, que é mais abrangente e mais liberal do que a que foi aprovada no Governo de FHC. Esse "filme" nós veremos, também, futuramente, quando da Reforma Trabalhista. Em suma, a pressa é uma pressão evidente do capital financeiro.

IA - E qual é a segunda razão?

F - A segunda razão é mais prática. Uma questão de timing político. Ela é, tal como está proposta, uma

quebra de contrato (social) na relação do Estado com o servidor público. E essa quebra de contrato é no sentido de mudar regras essenciais hoje existentes, retirando direitos e piorando a situação (padrão de vida) dos que já estão aposentados e dos futuros aposentados, que estão atualmente na ativa. Além disso, propõe novas regras (piores) para as pessoas que entrarem para o serviço público após a reforma. Portanto, uma reforma que retira direitos, por motivos óbvios, tem uma maior dificuldade de passar no Congresso Nacional em um ano eleitoral, como será o caso do próximo ano (2004). Portanto, esse comportamento nada tem de original ou surpreendente; as principais reformas constitucionais realizadas pelo Governo FHC foram também propostas, encaminhadas ao Congresso e aprovadas no primeiro ano do mandato, em 1995.

O que surpreende é o atual Presidente da República agir da mesma maneira, inclusive verbalizando a existência dessa dificuldade quando levou pessoalmente, ao Congresso Nacional, as propostas de Reforma da Previdência e de Reforma Tributária. A primeira é tão perversa que, antes de ser aprovada, já vem provocando o desmantelamento do serviço público, com a corrida às aposentadorias, como fica evidenciado na carta do Ministro da Previdência aos servidores públicos, quando apela para que eles não se "precipitem" e continuem a trabalhar.

A proposta de reforma é tão perversa que, antes de aprovada, já provoca corrida às aposentadorias.

IA - Mas o Governo afirma que a reforma é fundamental para equilibrar as contas públicas, reduzir a taxa de juros e fazer o país voltar a crescer. O que há de verdade nisso tudo?

F - Em primeiro lugar, não é verdade que a taxa de juros vai cair em função das reformas; os determinantes do nível da taxa de juros não têm nada a ver com isso, muito menos no curto prazo. O ponto essencial, nessa questão, é a evolução da taxa de câmbio e seus rebatimentos sobre a taxa de inflação. Com a atual política cambial, o controle do Governo sobre essa

variável é muito precário. No fundo de tudo, o elemento fundamental, para manutenção da taxa de juros em nível elevado, é a necessidade de atrair capitais estrangeiros para fechar o balanço de pagamentos, tendo em vista a grande vulnerabilidade externa do país — que a atual política econômica não resolve. Também não é verdade que vai ser essencial para reduzir o déficit público; a questão mais grave nessa área é a rolagem da dívida pública (externa e interna). Para se ter uma noção disso, basta dizer que, no primeiro quadrimestre deste ano, o superávit fiscal primário — receita menos despesas correntes, incluindo o "déficit da previdência", mas sem os juros — foi de R\$ 32,7 bilhões (6,53% do PIB); enquanto o montante total de juros a ser pago foi de R\$ 51,3 bilhões. Desde 1999, o Estado brasileiro vem fazendo sucessivos superávits fiscais primários (acima de 3% do PIB) e, no entanto, a dívida pública só cresceu, em termos absolutos (de R\$ 153,2 bilhões, em 1994, para R\$ 308,4 bilhões no final de 1998, e R\$ 881,1 bilhões em 2002) e como proporção do PIB (30%, 34,4% e 56,5%, respectivamente). A reforma, segundo dados do Governo (Ministério da Previdência), vai obter uma economia, nos próximos três anos do Governo Lula, de R\$ 10 a R\$ 12 bilhões. E, nos próximos 30 anos, essa economia alcançará R\$ 56 bilhões. Isto parece uma piada, é ou não? O montante total, que se economizará em 30 anos, quase não paga nem quatro meses de juros da dívida pública. É realmente uma coisa vergonhosa, um escândalo e um acinte contra a inteligência de todos nós. E esses números, todos os que eu estou mencionando, são números oficiais, do Governo.

IA - Mas há, ou não, déficit na Previdência Social?

F - O governo afirma a existência de um déficit, em 2002, de R\$ 17 bilhões na Previdência dos trabalhadores do setor privado e R\$ 39 bilhões na Previdência dos servidores públicos. Portanto, um déficit total de R\$ 56 bilhões. Isto porque, depois de questionado, resolveu computar o montante devido pelo Estado enquanto empregador. Antes disso, afirmava que a Previdência Pública tinha um déficit de R\$ 54 bilhões, o que ampliava o déficit total para R\$ 71 bilhões. Como se chegou a esses resultados? De uma forma bastante simples: comparando-se, para o ano de 2002, o total das contribuições dos trabalhadores e dos empregadores (receita) com o total de gastos com as pensões e aposentadorias (despesas). Ou seja: a receita do ano menos as despesas do mesmo ano.

Existem vários problemas nesse cálculo. Em primeiro lugar, a Previdência Social faz parte de um conjunto maior denominado Seguridade Social, que abrange também a Assistência Social e a Saúde. Essas três dimensões (inseparáveis conceitualmente) dão origem ao orçamento da Seguridade Social, cujas receitas não se resumem às contribuições patronais e dos trabalhadores. Além delas, também financiam a Seguridade Social, de acordo com a Constituição, receitas de várias contribuições sociais, cobradas especificamente para este fim, como a COFINS, CSLL e a CPMF. Pois bem, o orçamento da Seguridade Social, em 2002, praticamente se equilibrou, mesmo depois de se considerar a Previdência dos servidores públicos.

Em segundo lugar, é um absurdo considerar-se apenas as receitas obtidas em 2002 para financiar o conjunto de aposentados e pensionistas existentes nesse mesmo ano. E isto vale para qualquer fundo de pensão, inclusive os fundos privados. Os servidores públicos, por exemplo, contribuem para Previdência desde 1938. Onde foram parar os recursos arrecadados ao longo dos anos, quando a Previdência Social era folgadoamente superavitária? Resposta: os recursos foram desviados para financiar empresas estatais e obras do governo. A lista é grande: Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), Fábrica Nacional de Motores (FNM), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), ponte Rio-Niterói, Itaipu etc.

Por fim, não se pode esquecer a sonagação (R\$ 27 bilhões por ano), a renúncia fiscal (R\$ 10 bilhões) e a dívida para com a Previdência (R\$ 153 bilhões em abril deste ano).

Em tempo: do déficit, segundo o governo, de R\$ 17 bilhões da Previdência dos trabalhadores do setor

privado, mais de R\$ 14 bilhões corresponde pagamento de um salário mínimo a trabalhadores rurais que nunca contribuíram para o fundo previdenciário. Esse montante beneficia mais de 7 milhões de pessoas em todo o Brasil. É a maior política social existente nesse país, que viabiliza a existência da maior parte dos municípios do Nordeste e desestimula a migração em massa. Para se ter uma idéia, a verba total que deve ser destinada, este ano, aos seis programas sociais do Governo Federal, inclusive o Fome Zero, não chega R\$ 6 bilhões.

IA - E quanto ao estímulo ao crescimento econômico, através da criação dos fundos de pensão complementares?

F - A origem dessa questão é a seguinte: no Brasil, financiamento de longo prazo (compra de máquinas, equipamentos, construção civil, infraestrutura etc.) sempre ficou a cargo das instituições financeiras — Estado, isto é, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica BNDS e outros bancos regionais. Os bancos privados nunca financiaram o desenvolvimento do país, por sempre tiveram baixa articulação orgânica com setores produtivos. Sempre emprestaram dinheiro a curto prazo (capital de giro das empresas, empréstimos para pessoas físicas) e, principalmente, lucraram com a compra de títulos do governo. Por isso o Estado criou fundos compulsórios, como o FGT S, mais recentemente, o FAT. Assim, em razão disso, alguns acreditam que os fundos de pensão podem ser uma saída, uma vez que as suas receitas acumuladas só serão gastas em 30 ou 35 anos, podendo, dessa forma, vir a financiar o desenvolvimento.

No entanto essa é uma expectativa altamente equivocada. Pela sua própria lógica, esses fundos têm por obrigação gerir os recursos buscando os melhores rendimentos com os menores riscos. Por isso, tendem a destinar maior parte desses recursos para a compra de títulos dos governos, alimentando a ciranda financeira com dívida pública. Isto também explica, parcialmente, porque as taxas de juros dos bancos são tão altas.

Não é verdade, portanto, que a reforma, com o estímulo aos fundos de pensão — nos quais as pessoas possuem contas individuais, nos moldes de uma aplicação financeira qualquer — vá estimular necessariamente, o crescimento econômico no longo prazo, que dirá no curto prazo. É só verificar com atunam os fundos de pensão já existentes hoje. Além disso, existem muitas outras maneiras de se criar fundos para financiamento de longo prazo, sem colocar em risco as aposentadorias dos trabalhadores.

É como se Lula, mais ainda do que FHC, tivesse necessidade de se mostrar amigo dos "mercados".

IA - Por que esses fundos de pensão colocam e risco as aposentadorias? Qual é o problema? Por que eles não são um bom caminho para financiar a aposentadoria?

F - Antes de tudo, é necessário entender que Previdência Social é uma conquista social essencial que se consolidou após a 2ª Guerra Mundial, com a constituição do Estado de Bem-Estar Social na Europa. É o reconhecimento de que o trabalho é um custo inevitável para a produção capitalista e a reprodução do capital. É um custo tanto quando os trabalhadores estão na ativa quanto quando se aposentam. Portanto a Previdência é um direito social, que, juntamente com muitos outros, limitou a tendência, que é inerente à lógica de funcionamento do capitalismo, de explorar sem limites da força de trabalho. É um avanço extraordinário conquistado pela sociedade; é a defesa das condições de vida das pessoas quando elas não podem mais trabalhar, ou não têm a mesma capacidade de exercer a atividade produtiva. Por isso, esse seguro contra a incerteza e o risco, próprios da terceira idade não pode ser transformado em um investimento financeiro como outro qualquer, em que as pessoas colocam suas eventuais economias. No entanto, é a virtude da própria lógica financeira de um fundo de

(Continua na página

EXPEDIENTE

Informativo da Associação dos Professores Universitários da Bahia - APUB - SSIND. Seção do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES. Presidência: Antônio da Silva Câmara. Vice-presidente: Ângela Maria de Carvalho Pontes. Secretário-geral: Eduardo Borges dos Reis. Diretoria Financeira: Wilma Cova. Diretoria Administrativa: Virgínia Chaves. Diretoria de Relações Sindicais: Paulo Balanco. Diretoria Acadêmica: Luis Felipe Perret Serpa. Diretoria Cultural: José Antonio Saja Neves dos Santos. Diretoria Social: Betty Malin. Diretoria de Divulgação: Lana Bleicher. Diretoria de 1º e 2º graus: Maria Inês Marques. Diretores Suplentes: Arthur Matos Neto, José Patronillo Cedraz, Menandro Ramos, Maria da Graça Druck de Faria. Projeto Gráfico: Menandro Ramos. Jornalista Responsável: Ivone Pinto (DRT-BA 1578) R. Padre Feijó, 49 - Canela, Cep. 40110-170 - Salvador - BA. Telefax: (071) 235-7433 / 235-7286 / 235-7914 apub@apub.org.br - Site: www.apub.org.br - APUB SAÚDE: 331-4387 / 331-4388. Tiragem: 4.000 exemplares.



Proposta de reforma da Previdência só traz prejuízos

Os professores sofrerão redução brutal de renda quando se aposentarem, caso seja aprovada a Proposta de Emenda Constitucional nº 40/03 (PEC 40/03). Além de perderem o direito à aposentadoria integral, terão os proventos calculados pela média dos últimos salários, até o limite de R\$ 2,4 mil. Também terão de pagar contribuição previdenciária em alíquota mínima de 11% e não terão assegurada a paridade com o salário dos ativos.

Se falecerem antes de se aposentar, a situação será ainda pior para suas famílias: as pensões estarão limitadas a 70% de seu salário, não ultrapassado o limite de R\$ 2,4 mil. Mais uma coisa: o regime de previdência complementar será obrigatório, pois a PEC revoga o dispositivo constitucional que garante o direito de

optar pelo regime. Os atuais servidores mantêm o direito de opção.

A PEC prevê, ainda, mecanismos de inibição à aposentadoria proporcional: redução de 5% do valor da aposentadoria por cada ano antecipado, quer em relação ao tempo de contribuição quer em relação à idade mínima exigida para aposentadoria.

Direito adquirido

Quanto ao direito adquirido, o texto da PEC nº 40/03 assegura as atuais regras de cálculo da aposentadoria apenas para os docentes que, na data de sua promulgação, já tenham preenchido todos os requisitos para se aposentar. Os atuais aposentados também têm garantida a paridade com os ativos.

Instituições também perdem

As investidas do governo contra a Previdência atingem também as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Em todas elas, verifica-se uma corrida desenfreada às aposentadorias. A perda pode ser trágica. Segundo a ANDIFES, até 15/03, 307 docentes e 374 servidores técnico-administrativos haviam

requerido aposentadoria. Dos 45.476 professores em atividade, 3.267 professores estão aptos a fazer o mesmo. Na UFBA, são 219 e no CEFET, 69. A situação é tão grave, que o ministro Berzoini anexou carta aos contracheques, pedindo calma aos servidores.

Veja como a reforma lhe prejudica

Um exemplo prático demonstra o prejuízo que a PEC 40 traz: João Pedro é professor da UFBA há 30 anos. Foi auxiliar por 10 anos, com salário de R\$ 1,3 mil; assistente por outros 10 anos, com mestrado e salário de R\$ 2,6 mil; adjunto por mais 10, com doutorado e salário de R\$ 4,2 mil. Pelas regras atuais, João Pedro se aposentaria com salário integral, de R\$ 4,2 mil. Pelas regras da PEC 40, receberia R\$ 2,7 mil uma redução de 64%. O cálculo se dá pela fórmula

$(10 \times 1,3 + 10 \times 2,6 + 10 \times 4,2 / 30)$. Já Joaquim Silva, que possui o mesmo tempo de serviço de João Pedro, mas se titulou mais

Atenção:

O exemplo é ilustrativo e foi adaptado de estudo da ADUFSCAR-SSind, que toma como fixos os salários recebidos em cada classe da carreira (sem as alterações de reajustes e da progressão nos níveis de cada classe) e alerta para o fato de poder haver distorções na atualização dos valores dos salários recebidos.



tarde, terá aposentadoria ainda menor: R\$ 2,4 mil. Isto porque ele foi auxiliar por 12 anos, mestre por outros 12 e adjunto por mais 6. A fórmula utilizada para o cálculo de Joaquim foi $(12 \times 1,3 + 12 \times 2,6 + 6 \times 4,2 / 30)$.

Advogados contestam Comissão da Câmara

A Assessoria Jurídica do ANDES (AJN) contesta a decisão da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados (CCJ), que manteve a taxaço dos aposentados. A CCJ considerou não existir direito adquirido em face de emenda constitucional. Segundo a AJN, a própria Constituição Federal (art. 60, § 4º, IV) veda a deliberação sobre qualquer proposta de emenda que tenda a abolir direito e garantia individual: o direito adquirido. E o direito à aposentadoria é um direito adquirido do aposentado, segundo o entendimento da Corte Interamericana de Justiça.

Outro fundamento da decisão da Comissão, contestado pela AJN, é que aposentados e pensionistas não teriam direito adquirido à imunidade da contribuição social. Para os advogados do ANDES, o poder de tributar está limitado às imunidades, que também são cláusulas pétreas impossíveis de ser suprimidas através de emendas. E a imunidade dos servidores aposentados e

pensionistas está assegurada na Constituição (arts. 40, §12, e 195, II).

Por fim, a AJN refuta a tese de que não existiria vinculação da contribuição previdenciária ao princípio da retributividade restritiva. Segundo o princípio, a toda nova contribuição previdenciária corresponde o direito, ao contribuinte, a novos benefícios ou serviços. Para os advogados do sindicato, a prevalência dessa tese exigirá mudança de posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF), que já se manifestou sobre o assunto na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2010: "Se é certo, portanto, que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado estendido sem a correspondente fonte de custo total (CF, art. 195, § 5º), não é menos exato que também não será lícito, sob uma perspectiva estritamente constitucional, instituir ou majorar contribuição para custear a seguridade social sem que assista àquele que é compelido a contribuir, o direito de acesso a novos benefícios ou a novos serviços."

Executiva da CUT capitula proposta

Nota oficial da Executiva da Central Única dos Trabalhadores (CUT), divulgada em 21/05, causou perplexidade no meio sindical. A quase duas semanas do Congresso que iria definir o posicionamento da CUT frente ao governo, a direção anunciou posições que vão de encontro aos interesses dos servidores públicos que não haviam sido objeto das instâncias deliberativas da Central.

No documento, a direção da Central propõe alterações ao texto da PEC 40/03, admitindo a fixação de um teto de aposentadoria e a

criação de fundos de pensão para os servidores. Em suma, abre mão da aposentadoria integral. Mesmo quanto à instituição da taxaço dos inativos, apesar de defender a paridade entre aposentados e ativos, a CUT admite a incidência de contribuição sobre novas vantagens não relacionadas à reposição de perdas.

Em tempo: no Congresso da CUT, realizado no início de junho, a Executiva conseguiu aprovar a posição expressa na nota.

Seguradoras fazem lobby

De um lado, os servidores se mobilizam. De outro, os bancos e seguradoras, de olho no lucro que a reforma pode lhes trazer. As empresas de previdência privada querem gerir o sistema de aposentadoria complementar do funcionalismo e fazem lobby contra os fundos de pensão fechado, como os das estatais.

"O risco desse modelo é que, se os fundos tiverem déficit, por má gestão, o prejuízo será socializado. Ou seja, quem vai pagar são todos os contribuintes", afirmou o presidente da Associação Nacional de Previdência Privada, Osvaldo do Nascimento, à Folha de São Paulo (25/05, p. B-3). Em visita aos parlamentares, ele

classificou como "alta" a proposta do teto de aposentadoria pública em R\$ 2,4 mil. Por motivos óbvios, omitiu o risco que a falência das empresas privadas trará para os servidores.

Enquanto os empresários fazem lobby em Brasília, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), órgão estatal, calcula que a mudança nas regras das aposentadorias dos servidores deve fazer o mercado segurador praticamente dobrar sua participação na economia brasileira: de 3,8% para 7% do PIB. Um executivo da Sul América Seguros previu, para o jornal Diário Catarinense (18/05, p. 47) que "a reforma deve triplicar a venda de planos privados".

Ministro não quer que reforma "contamine" clima nas IFES

"Quero saber como fazer para evitar que a Reforma da Previdência contamine o clima de trabalho na universidade". Com esta frase, o ministro da Educação, Cristóvam Buarque, abriu a audiência com o ANDES, em 29/05. A resposta da diretoria foi taxativa. O clima de insatisfação só poderá ser revertido se a PEC 40/03 for retirada do Congresso pelo governo ou

rejeitada pelo próprio Parlamento. "Se isso não ocorrer, a greve será inevitável", afirmaram os representantes sindicais, lembrando que, até aquele momento, 26 Seções Sindicais já tinham aprovado o indicativo de greve para a segunda quinzena de junho. Na audiência, o ministro autorizou a instalação de uma Mesa Setorial de

Negociação, para tratar da pauta de reivindicações protocolada pelo ANDES. Serão prioridades: incorporação de gratificações, abertura de concursos públicos para contratação de professores, bolsas para capacitação e implantação da Carreira Única do Sindicato, dentre outras reivindicações do Termo de Acordo da greve de 2001.

Taxa de mobilização

A partir deste mês, e enquanto dura a greve, os filiados à APUB vão ter descontado de seu salário percentual de 0,5%, a título de Taxa de Mobilização. A contribuição foi instituída pela Assembléia da APUI em 04/06, e é indispensável para garantir o custeio das atividades com greve.



(Continuação da página 2)

Porque o governo tem pressa ...

pensão, o pagamento de uma aposentadoria complementar — que é o objetivo último desses fundos — é altamente incerto, porque incerto e arriscado é o mercado financeiro. É só verificar o que aconteceu e vem acontecendo com esses fundos e as aposentadorias e pensões das pessoas nos Estados Unidos, no Chile e na Argentina. Isto sem falar nas experiências brasileiras, tipo a CAPEMI. No Chile, chegou-se a colocar uma aposentadoria pública no nível de um salário mínimo, obrigando todos que ganhem mais do que isso a se submeterem aos fundos de pensão privados. Eu não tenho a menor dúvida com relação ao objetivo e significado dessa proposta: trata-se de subsumir a Previdência Social à lógica financeira da acumulação, assim como já foi feito, em grande medida, para a educação e a saúde. O interesse do capital financeiro na reforma é evidente. No fundo, a reforma da Previdência, sob esse aspecto, é uma reforma contra a classe média assalariada do setor público. É uma coisa assustadora. E olhe que a classe média no Brasil já é muito pequena. Chegamos ao paradoxo, em que se classe média no Brasil é ter privilégios que devem ser cortados e extintos. É inacreditável.

direitos sociais hoje existentes. No entanto, acredito que a tendência é aumentar a mobilização, à medida em que as pessoas passam a ter mais informações. A desinformação ainda é muito grande, mesmo entre os professores universitários. Por outro lado, a propaganda da proposta do governo é muito grande. A manipulação na mídia é uma coisa impressionante. Até muito recentemente, os parlamentares de esquerda, independente do partido, ainda estavam muito "escondidos". Entretanto, o documento divulgado por 30 deputados do PT, cobrando a "nova política econômica", foi muito positivo e começa a dar um novo alento.

IA - O governo afirma que vai colocar ordem na casa, recuperar a credibilidade internacional, para depois implantar as mudanças prometidas, quando o governo vai, enfim, "ter a cara do PT". Como o Sr. avalia essas afirmações?

F - O fato de se ter votado no candidato Lula e se desejar politicamente, até mesmo de forma apaixonada, que esse Governo dê certo — caso contrário, com certeza, gerará uma desesperança enorme no povo brasileiro —, não pode servir de pretexto para se recusar a enxergar a sua trajetória, até aqui, impressionantemente conservadora e, com base nela, tentar vislumbrar, sem ilusões, as suas tendências futuras. É lógico que o Governo Lula, como virou moda se dizer, é um "Governo em disputa" pelas diversas forças sociais e políticas que o apoiam, além de poder ser influenciado pelas forças que não o apoiam formalmente. Isto, sem dúvida, é um fato real. Portanto, está-se assistindo e/ou participando de um processo de construção de uma hegemonia política que, por ora, ainda não está definida e consolidada. No entanto, o que se quer chamar atenção aqui, com toda a clareza possível, é que, até agora, as forças de direita — de dentro e de fora do Governo — estão ganhando essa disputa, no plano político e, o que é pior, também no plano ideológico. E mais, se as forças políticas verdadeiramente democráticas e socialistas desse país, dentro e fora do Governo e dos partidos de esquerda que o apoiam, não reconhecerem rapidamente isso, e continuarem a se "esconder" no cenário político, se recusando a cumprir o seu papel, a vitória da direita poderá vir a ser irreversível. Esse alerta vale também para parte do sindicalismo e dos movimentos sociais.

IA - Mas ainda não é muito cedo para se avaliar o Governo Lula? Afinal, só são cinco meses.

F - Como quase todos os brasileiros, eu gostaria muito de acreditar que se está apenas vivendo um período de transição, em razão da péssima herança deixada pelo Governo FHC, em direção a um novo

projeto. Mas, entre a vontade e a realidade, até o presente momento, há um enorme abismo. O problema (e a preocupação) aqui é menos o do tempo (curto ou longo) de duração do Governo Lula e mais o conteúdo (e os efeitos) das políticas econômicas que estão sendo implementadas, os documentos oficiais que estão sendo produzidos e as atitudes e discursos das autoridades governamentais e partidárias.

O Governo incorporou, sem cerimônias, as políticas econômicas liberais.

Portanto, as perguntas relevantes a ser respondidas são as seguintes: As medidas tomadas e propostas feitas apontam, pelo seu conteúdo, na direção de um novo modelo e de uma nova política econômica? Caso não apontem, elas são meramente conjunturais e, portanto, podem ser revertidas mais adiante? Isto é, os seus efeitos são de curto ou de longo prazo? Os documentos oficiais produzidos fazem a crítica qualitativa da política econômica anterior ou concordam com ela, apenas criticando-a por ter sido insuficiente ou incompetente em alcançar os seus objetivos? Os argumentos apresentados são diferentes dos defendidos pelo Governo anterior e se encaixam, coerentemente, na formulação de um outro projeto? A ampla base parlamentar que o Governo Lula está construindo — sob o comando do Chefe da Casa Civil, incorporando o PMDB e o partido do Maluf, inclusive com cooptação fisiológica de parlamentares do PSDB e PFL — agrega que tipos de interesses? Ela permitirá as mudanças para um novo modelo de desenvolvimento? Ela está permitindo, ou permitirá, a punição de seus responsáveis (grampos telefônicos, BANESTADO etc.)? O amplo apoio dado ao Governo pela chamada comunidade financeira internacional — sancionado pelo FMI, Banco Mundial e o G7, em especial o Governo Americano — tal como já era dado ao Governo FHC, resulta de uma percepção equivocada desses agentes econômicos e políticos com relação ao que vem sendo o Governo Lula? E quando houver, se houver, mudanças na política econômica, a confiança do "mercado" e o seu apoio ao Governo Lula se manterão?

IA - O Sr. acredita que essa situação já é irreversível?

F - Eu acho que é difícil, mas ela ainda pode ser revertida. Mas, para isso, não se pode esperar que coisas caiam do céu. As forças verdadeiramente democráticas e socialistas têm que voltar a atuar conjuntamente, ter maior visibilidade. Os seus representantes não podem se amedrontar, ter medo de se isolar e/ou perder cargos e prestígio. A mobilização social é crucial; sem ela não haverá redirecionamento do rumo seguido até aqui pelo Governo Lula. Os beneficiários do modelo econômico liberal — o capital financeiro internacional, os grandes grupos econômico-financeiros nacionais associados direta ou indiretamente aos capitais estrangeiros grandes proprietários de terra e, por último, uma parcela diminuta da população que, na falta de identificação mais precisa, pode ser denominada genericamente como sendo uma espécie de "classe média alta" — embora sejam poucos, detêm grande poder material e uma enorme influência política.

IA - O Sr. gostaria de fazer algum comentário

F - Eu gostaria de esclarecer uma questão que é essencial para se entender o dilema em que nos encontramos. Na verdade, quando se fala de disputas das diversas forças sociais e políticas, não acredito em forma alguma, que haja, na conjuntura presente, disputa entre capital e trabalho com tal radicalidade e amplitude que esteja colocada na ordem do dia a disjunção entre manutenção ou superação do sistema capitalista.

Portanto, não estou exigindo ou esperando e, muito menos, tendo a ilusão de que o Governo Lula se possa vir a ser, um governo revolucionário, que leve à construção do socialismo no país. A minha visão por consequência, o meu desejo são muito mais modestos e "realistas". O enfrentamento imediato, entre, de um lado, as forças políticas e sociais verdadeiramente democráticas e socialistas — no sentido amplo —, que se aglutinaram desde o fim dos anos oitenta contra a hegemonia política e ideológica do capital financeiro, expressa nas políticas liberais (de direita) implementadas desde o Governo Collor de outro, as forças políticas e sociais derrotadas eleitoralmente, ano passado) comandadas por ele e capital e que foram (e são) beneficiárias do modelo liberal, que abriu o país comercial e financeiramente aprofundando a sua vulnerabilidade externa (dependência em relação aos fluxos financeiros internacionais) e fragilizando financeira e materialmente o Estado e a sua capacidade de implementar políticas públicas. O que eu reivindico, portanto, é que o PT e o presidente Lula levem, e suas últimas consequências, as políticas de natureza social-democrata inscritas no programa do Partido no Programa de Governo. Não somente isso. Na mais do que isso.

Até agora, as forças de direita — de dentro e de fora do Governo — estão ganhando essa disputa.

IA - Para o Sr., qual seria o aspecto mais importante para uma Reforma da Previdência?

F - O objetivo fundamental a ser alcançado com uma reforma, se compreendermos que a Seguridade Social é uma conquista social das mais importantes, seria a inclusão no sistema previdenciário de mais da metade das pessoas ocupadas no Brasil, que hoje se encontram à margem. Essas pessoas são trabalhadores assalariados sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores por conta própria (autônomos) que não são registrados e, portanto, não contribuem para a Previdência. Em resumo, estão na chamada informalidade. A proposta de reforma não cria qualquer mecanismo e não viabiliza nenhuma iniciativa no sentido de incorporá-los.

IA - Nas várias palestras que o Sr. tem ministrado sobre a reforma, qual a reação das pessoas? O grau de mobilização tem aumentado, após o lançamento oficial da proposta do governo?

F - A mobilização ainda é pequena, tendo em vista a gravidade da reforma, em termos de agressão aos